



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 680064 - SP (2021/0218795-1)

**RELATORA** : MINISTRA LAURITA VAZ  
**IMPETRANTE** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**ADVOGADOS** : CAIO MARCELO DIAS DA SILVA - SP127876  
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : LUCAS DOS SANTOS BATISTA (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de LUCAS DOS SANTOS BATISTA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (AGRAVO DE EXECUÇÃO PENAL Nº 0003265-46.2021.8.26.0625)

O Tribunal local, ao prover o agravo em execução ministerial, cassou a decisão concessiva do livramento condicional e determinou o restabelecimento da segregação do reeducando, ora paciente, ao cumprimento de pena no regime semiaberto.

Sustenta a impetrante a ocorrência de constrangimento ilegal, porquanto "possui BOM comportamento carcerário" (fl. 4). Defende que a decisão atacada está em descompasso com o art. 83 do CP, o art. 112 da Lei n. 7.210/84, principalmente considerando a Súmula n. 44 do STJ.

Requer, liminarmente, o restabelecimento do benefício do livramento condicional e, no mérito, pugna pela concessão da ordem de forma definitiva.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão, em especial porque a decisão atacada foi baseada nos seguintes fundamentos (fls. 68-72, grifo meu):

Pelo que se observa na r. decisão impugnada, o i. magistrado deferiu o livramento condicional por considerar preenchidos os requisitos objetivo e subjetivo, destacando que falta disciplinar não interrompe o prazo para obtenção de livramento condicional.

No entanto, pelo que se observa, **trata-se de reeducando que faz do crime patrimonial seu meio de vida, com registro de faltas**

**disciplinares de natureza grave durante o cumprimento das penas, inclusive novo crime.**

Entendemos, com a devida vênia, que **não está presente o requisito subjetivo**, sendo que não houve o cumprimento da etapa regular de progressão, sendo necessário que o reeducando vivencie as várias etapas progressivas com bom comportamento carcerário.

[...]

A liberdade condicional não exsurge como instituto independente, mas se encontra numa mesma linha de progressão regular até que o condenado a alcance na execução penal.

[...]

Assim, deve ser reformada a r. decisão impugnada.

Isso posto, dá-se provimento ao agravo da Justiça Pública para cassar a decisão que concedeu o livramento condicional, determinando o retorno do agravado ao regime semiaberto.

Assim, considero que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, devendo-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS  
Presidente